

Réplica

A hora da democratização da carreira no MP gaúcho

Páginas centrais e 10

36,1%
das unidades
da Federação
limitam aos
procuradores
o acesso ao
posto mais
alto da
instituição.

63,9%
dos Estados
facultam
o acesso ao
cargo de
procurador-geral
de Justiça aos
integrantes
da carreira

LEIA TAMBÉM

O galpão crioulo da AMP/RS
no Acampamento Farroupilha
Página 3

O esporte como ferramenta
para o corpo e a mente
Páginas 12 e 13

Democracia interna

O Ministério Público gaúcho, há anos, pelo incansável trabalho de seus membros e, especialmente, de suas lideranças, alcançou reconhecimento nacional em virtude de sua postura independente e pró-ativa na luta por direitos e avanços institucionais.

Contudo, no tocante à democratização do acesso aos cargos de dirigentes da Instituição, estamos adotando uma postura um tanto conservadora se nos compararmos aos Ministérios Públicos dos outros Estados da Federação. Com efeito, na grande maioria desses Ministérios Públicos já houve atualização legislativa, com adequação aos dispositivos constitucionais e à legislação federal, permitindo a todos os integrantes da carreira o acesso aos cargos da Administração Superior.

Além da expressa disposição constitucional nesse sentido, a paralisação da carreira é fator determinante para que enfrentemos este tema. As últimas reformas previdenciárias tornaram restrito, quase raro, o acesso ao cargo de procurador de Justiça, diferente de anos atrás, quando era uma consequência natural do exercício. Desta forma, há um grande contingente de promotores de Justiça, com experiência e conhecimento da Instituição, que não alcançarão o último grau da carreira, ficando privados de exercer funções de comando e, assim, contribuir para o aprimoramento e o crescimento do Ministério Público.

Por disposição constitucional, o MP é uno e indivisível, tendo por função institucional a defesa do regime democrático. Acreditamos que tais disposições devem também ser adotadas e priorizadas dentro da Instituição. Há anos são aprovadas teses nesse sentido nos congressos Estaduais e Nacionais do Ministério Público. Igualmente, essas necessárias alterações vêm sendo defendidas e prometidas por lideranças institucionais. Chegou a hora de encarmos este desafio.

Nas páginas desta edição do Réplica você poderá acompanhar todos os movimentos da AMP/RS para estender aos promotores de Justiça do Rio Grande do Sul a possibilidade de disputar a eleição para procurador-geral de Justiça e para o Conselho Superior da Instituição. Também conhecerá a realidade dos outros Estados do Brasil e a opinião de lideranças da Instituição sobre este instigante tema.

Boa leitura!

INSTITUCIONAL

Entidade sai em defesa da classe

A AMP/RS manifestou-se por duas vezes, recentemente, em defesa do Ministério Público e de seus membros. Surpreendida por manifestações de associados na imprensa, viu-se compelida a responder publicamente, considerando sua função de entidade representativa dos promotores e procuradores de Justiça deste Estado.

“Nos dois casos, o descuido com as palavras poderia comprometer o que de mais caro tem a Instituição: sua imagem ilibada perante a sociedade”, avalia o presidente da AMP/RS, Marcelo Dornelles.

A íntegra das notas publicadas em jornais de grande circulação pode ser conferida nas notícias divulgadas no site da AMP/RS (www.amprs.org.br), nos dias 31 de julho e 11 de agosto.

Ataque à Instituição

A AMP/RS, representada por seu presidente, Marcelo Dornelles, participou da elaboração da nota de repúdio emitida pelas entidades representativas do Ministério Público no país às declarações do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, ao se referir à Instituição. No dia 19 de agosto, Mendes afirmou que alguns setores do Ministério Público “precisam melhorar muito para ficarem ruins”. Esta não é a primeira vez que o presidente do STF critica o Ministério Público. Em novembro do ano passado, Mendes fez duras críticas a investigações sigilosas conduzidas pelo Ministério Público. A crítica gerou indignação na classe.

Reunidos em Brasília no dia seguinte à manifestação do ministro, representantes da Conamp, das associações nacionais dos Procuradores do Trabalho, dos Procuradores da República, do Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios sintetizaram o sentimento dos promotores e procuradores de todo o país.

PREVIDÊNCIA

AMP/RS reúne-se com presidente do IPE



A diretoria da AMP/RS reuniu-se com o presidente do Instituto de Previdência do Estado, Eloi João Zanella, no início do mês de agosto, na sede do IPE. Além de uma visita de cortesia ao novo presidente, os dirigentes da Associação levaram a Zanella suas inquietações com relação ao projeto de alteração do sistema previdenciário. Segundo o presidente da entidade, Marcelo Dornelles, a Previdência é uma preocupação constante para os membros do Ministério Público, principalmente depois de aprovada na Assembléia Legislativa a lei que instituiu o Gestor Único.

O presidente do IPE mostrou-se receptivo e assegurou que conversará com representantes de instituições e entidades para tratar do tema. Os dirigentes da AMP/RS colocaram-se à disposição para contribuir com informações nesta área.

De acordo com Dornelles, a Associação está acompanhado com muita atenção ações que envolvem a Previdência. “No momento em que o assunto voltou para a pauta este ano, redobramos a vigilância, reativamos a comissão que estuda o tema, estabelecemos novos contatos com a Ajuris e visitamos a Procuradoria-Geral para levar nossas preocupações sobre os possíveis prejuízos da reforma”.

Estiveram presentes na reunião com o presidente do IPE o vice-presidente de Aposentados, Antonio Carlos Hornung, o diretor de Mútua e Convênios, Cezar Antonio Rigoni, e o assessor Legislativo Alexandre Saltz.



EXPEDIENTE JORNAL DA ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL (AMP/RS)
 Presidente: Marcelo Lemos Dornelles • Vice-presidentes: Mauro Luís Silva de Souza, Julia Ilenir Martins, Antonio Carlos Paiva Hornung e Maurício Trevisan • Conselho Editorial: Leticia Viterbo Ilges e Nathália Swoboda Calvo • Coordenação: Cristina Bartholomay Oliveira - MTb 7829 (comunicacao@amprs.org.br) • Edição: Claudio Medaglia Júnior • Textos: Claudio Medaglia Júnior, Cristina Bartholomay Oliveira e Larissa Amaral • Fotos: Larissa Amaral • Produção e Execução: Publicato Design Editorial (www.publicato.com.br) • Projeto Gráfico e Diagramação: Rose Tesche • Tiragem: 1.500 exemplares • Distribuição dirigida para os integrantes da AMP/RS - Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto, 501 CEP 90050-191, Porto Alegre/RS, (51) 3254-5300 - www.amprs.org.br

Cultura e tradição no Acampamento Farroupilha

Uma agenda cheia marcou a participação da Associação do Ministério Público nas comemorações da Semana Farroupilha. As ações ocorreram de 7 a 20 de setembro, no Acampamento localizado no Parque Maurício Sirotsky Sobrinho.

Inspirada no fato que marcou o final dos confrontos entre os revolucionários e os republicanos, chamada de “Paz do Poncho Verde”, a AMP/RS desenvolveu o projeto Paz Farroupilha: Modelo a Toda a Terra. Nesse período, a entidade promoveu atividades culturais nas áreas da poesia, da história, da música e da culinária. “Apesar da chuva, as atividades no Galpão foram intensas, com boa música, comida típica, roda de chimarrão e charla campeira”, conta o diretor cultural da Associação, David Medina da Silva.

Autoridades do Ministério Público, do Estado e de Porto Alegre marcaram presença em atividades promovidas pela AMP/RS. “Além de propiciar importantes momentos de confraternização entre os associados, o galpão da entidade no Acampamento Farroupilha foi espaço de integração dos promotores e procuradores de Justiça com demais instituições e Poderes”, avalia o presidente Marcelo Dornelles. Em suas manifestações durante os eventos, o presidente destacou, por várias vezes, a importância do espaço conquistado e o incansável empenho dos vice-presidentes, do diretor cultural e dos promotores Nilson Pacheco, José Nilton de Souza e João Pedro de Freitas Xavier para que o projeto fosse exitoso.

Associados confraternizaram com chefes do Executivo e do Legislativo da Capital



Música e poesia foram destaque no Galpão da AMP/RS





Atendimento a dependentes químicos será ampliado

Um esforço dividido em três frentes feito pela Promotoria de Direitos Humanos de Porto Alegre deverá oferecer mais qualidade no atendimento a pacientes com dependência química. A medida vem a calhar especialmente para as vítimas de sofrimento psíquico, cujo número cresce assustadoramente nos últimos anos, principalmente em função do crack.



A promotora Angela Rotunno trabalha com foco em prevenção, tratamento e reabilitação

O atendimento ao surto, as internações para desintoxicação e tratamento, assim como a reabilitação, foram os focos das ações do grupo, formado pelos promotores Ângela Rotunno, Luis Antonio Portela e Marines Assmann.

Para atender pacientes em surto, a Promotoria ingressou, em 2007, como uma ação civil pública pedindo a criação de outro Pronto Atendimento em Saúde Mental.

Até então, Porto Alegre só contava com o Centro de Saúde Vila dos Comerciantes. Uma unidade foi implantada em junho deste ano, pelo Centro de Saúde IAPI, resultado de uma parceria do município com o Hospital Mãe de Deus.

INTERNAÇÃO

Para garantir o aumento das vagas para internação de usuários de crack e outras drogas, o caminho foi a instauração de inquéritos civis que resultaram em acordos com diversos hospitais. “Em alguns locais nós conseguimos as novas vagas, em outros, não. Dentro da Promotoria não vejo mais como negociar isso” observa Ângela, que também é autora da uma ação para aumentar o número de leitos no Hospital Psiquiátrico São Pedro.

TRATAMENTO

Após a desintoxicação, os pacientes são encaminhados para os Centros de Atendimento Psicossocial. Para am-

pliar a capacidade de atendimento dos CAPS, a promotora fez um Termo de Ajustamento de Conduta com a prefeitura de Porto Alegre, no qual o Executivo se comprometeu a criar mais seis Centros. O prazo para construção destas unidades venceu em 31 de março de 2007. “A prefeitura não cumpriu o acordo, por isso ingressamos com a ação de execução do TAC e estamos aguardando sentença”.

REABILITAÇÃO

Preocupada em melhorar ainda mais o atendimento, a Promotoria iniciou contatos com autoridades para defender o papel das comunidades terapêuticas. Em Porto Alegre, o retorno destas conversas veio rápido e resultou no credenciamento de duas entidades. Pouco depois, o Estado iniciou a regularização de algumas comunidades, oferecendo recursos para aquelas capazes de se adequar às exigências da lei. Segundo Ângela, entre a internação e os CAPS há um intervalo no qual ocorrem as principais recaídas. Por isso é necessário atendimento específico para o período.

A promotora salienta que, na rede pública, em todos os locais de atendimento é preciso que o paciente vá por vontade própria, principalmente no caso de envolvimento com drogas. Apenas os pedidos de compulsória podem obrigar a internação e, nesta hipótese, é preciso o diagnóstico de um psiquiatra apontando risco de vida ou de agressão a terceiros.



Esperança no fim da linha



Ex-moradores de rua e dependentes químicos ganham apoio da Fundsol para superar o vício e recuperar parte da vida deixada para trás

A recuperação e reinserção de moradores de rua é um dos desafios a que se propôs a promotora de Direitos Humanos Angela Rotunno. Dessa determinação nasceu a Rede de Assistência Integrada a Moradores de Rua. “Inicialmente, contatamos duas ONGs: a Fundação Solidariedade e a Pastoral Operária Arquidiocesana – que trabalhavam com o público frequentador do

restaurante popular”, conta Angela.

A partir deste primeiro contato e da identificação de necessidades das pessoas atendidas, foi montado um programa de inclusão com moradores de rua, todos envolvidos com crack ou álcool. “Nossa parte foi juntar as instituições dispostas a contribuir. Hoje, contamos com a prefeitura da Capital, o governo do Estado e a

UFRGS, além das ONGs”.

Esses que aderiram ao programa frequentam oficinas e dormem em abrigos. O novo desafio é buscar comunidades terapêuticas que possam recebê-los. “Várias destas pessoas já abandonaram o uso diário de drogas, agora é preciso avançar”. O projeto também prevê a construção de uma unidade de reciclagem de lixo.

Esforço recompensado com fundação

Desde março, a Fundação Solidariedade realiza oficinas com moradores de rua em Porto Alegre. São cerca de 60 pessoas que participam de dinâmicas de grupo e debates sobre políticas públicas voltadas para desabrigados.



André Luiz Ranulpho, 44 anos, está na rua desde 1999. Participa do grupo há três meses, procurando oportunidades para mudar. “Comecei aqui, em busca de melhoria de vida. Quero conseguir renda própria, uma casa e sair dessa situação”, diz. Atualmente, obtém ganhos com a venda do jornal

Boca de Rua e trabalha como guardador de carros nos finais de semana.



João Luiz Teixeira, 44 anos, é morador de rua há mais de duas décadas. Frequenta o restaurante popular regularmente e chega cedo ao local para se manter em abstinência de drogas e álcool. Assim conheceu o projeto da Fundsol. Por meio dele, João Luiz se revigora na convicção de que deve permanecer afastado de ambos para ter uma vida melhor. “O projeto me dá suporte para não voltar a eles. Sei que a droga e o álcool

não irão me ajudar em nada, apenas irão me deixar pior”.



Leandro Nascimento, 33 anos, viveu 19 anos na rua. Mas nos últimos três, passou envolvido com o projeto. Ali conseguiu saber mais sobre os riscos à saúde em função do contato com entorpecentes. “Os moradores de rua não têm acesso a informações sobre drogas e doenças”, afirma. Leandro tenta recuperar parte da vida que se perdeu quando enfrentava as dificuldades da rotina pelas ruas da cidade.



FIQUE POR DENTRO

- A campanha Crack – Ignorar é o seu vício?, da AMP/RS, já atingiu 20 mil pessoas no Estado com ações de alerta e mobilização contra a droga
- Entre palestras, debates, seminários, reuniões e outras formas de abordagem, foram realizadas 60 intervenções, distribuídas em 26 municípios gaúchos, além do Distrito Federal
- Confira mais informações sobre as ações da campanha no site www.amprs.org.br/crack



Parceria permitirá pesquisa sobre o crack

Por meio de uma parceria entre o governo federal, a AMP/RS, a UFRGS e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, um estudo de prevalência e padrões de consumo de crack será realizado em 16 municípios gaúchos que integram o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasoci). O resultado será apresentado em maio de 2010, durante um congresso internacional sobre o crack, que terá coordenação da Associação, com apoio da ONG Brasil Sem Grades e da Cufa/RS.

O anúncio foi feito no final de agosto pela secretária-adjunta da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), Paulina Vieira Duarte, em Porto Alegre, durante reunião do Comitê Estadual de Luta contra o Crack. Segundo ela, o Programa de Ações Integradas de Prevenção ao Uso de Drogas e Violência investirá R\$ 11 milhões nessas cidades.

A partir do estudo, 11 projetos de pesquisas clínicas serão aplicadas, para auxiliar na identificação do perfil dos usuários da pedra e das formas mais eficazes de tratamento. “Através da campanha Crack – Ignorar é seu vício? percorremos diversas cidades do Estado e percebemos algumas carências na rede que atua na prevenção, no tratamento ou na repressão ao crack. Uma das demandas dos agentes públicos é a informação exata sobre o perfil do usuário e os tratamentos mais adequados”, diz o presidente da AMP/RS, Marcelo Dornelles.

Ao apresentar o programa na Assembleia Legislativa, a secretária da Senad destacou o pioneirismo gaúcho no en-

frentamento a essa droga. “O Rio Grande do Sul é o primeiro a discutir abertamente o problema e mobilizar os diversos setores da sociedade na busca de soluções”. Paulina também agradeceu a parceria da Associação do Ministério Público na iniciativa. “Apresentamos à AMP/RS os projetos que estamos desenvolvendo, e o presidente nos indicou algumas necessidades específicas do Estado, o que nos permitiu aprimorar as ações no RS”.

A partir desse estudo, a expectativa é de que seja possível identificar os principais problemas e atacá-los de forma mais eficiente. O resultado da pesquisa servirá de ferramenta para facilitar o trabalho de instituições públicas, como o MP. “Essa pesquisa nos dará uma fotografia real da situação do crack no Estado, principalmente no que se refere a consumo e tratamento” projeta Marcelo Dornelles.

Estiveram presentes na audiência os promotores Rodrigo Schoeller de Moraes, Miguel Velásquez e Nilson Oliveira Rodrigues Filho, que representou a Procuradoria-Geral de Justiça.



Paulina anunciou o projeto em visita à Capital

A PESQUISA

O estudo será realizado em 16 municípios do Estado.

- Alvorada
- Bagé
- Canoas
- Cachoeirinha
- Caxias do Sul
- Estância Velha
- Esteio
- Gravataí
- Guaíba
- Novo Hamburgo
- Porto Alegre
- SantaCruzdoSul
- Santa Maria
- São Leopoldo
- Sapucaia do Sul
- Viamão

Atividades de prevenção se multiplicam no Interior

Promotores do interior do Estado levaram a campanha de combate ao crack da AMP/RS aos seus municípios. Em Pelotas a campanha foi lançada durante a programação da 3ª Semana do Ministério Público na cidade, com palestras do presidente da Associação, Marcelo Dornelles, para servidores públicos, operadores do Direito, acadêmicos e estudantes de Pelotas. O promotor José Olavo Bueno dos Passos coordenou as atividades.

O vice-presidente da AMP/RS, Mauro Souza, fez palestra sobre o crack em evento promovido pelo Sinduscon no dia 22 de agosto. A atividade, que ocorreu no SESI Rubem Berta, em Porto Alegre, foi destinada a operários

da construção civil e familiares.

AGENTES DE 22 CIDADES SE REUNIRAM EM TAPERA

Em Tapera, um evento promovido pela Promotoria local reuniu agentes públicos de 22 municípios. O encontro foi promovido pelo Ministério Público local, AMP/RS e a Associação Gaúcha dos Municípios do Alto Jacuí. Ao abrir as atividades, o promotor de Justiça Valdoir Bernardi de Farias destacou a importância do evento para capacitação de profissionais que atuam diretamente

com o tratamento, a prevenção e a repressão às drogas.

Os promotores de Santa Antônia da Patrulha, Reginaldo de Farias e Max Guazzelli, também promoveram atividade de prevenção ao crack em seu município. O presidente da AMP/RS e o coordenador da Cufa/RS, Manoel Soares, foram os palestrantes no evento, que integrou a programação da Moenda da Canção.

A campanha Crack – Ignorar é seu vício? ainda marcou presença em Butiá, Cachoeira do Sul e Lajeado, com as intervenções dos promotores de Justiça Janine Rosi Faleiro, Giani Pohlmann Saad, Neidemar Fachinetto e Sérgio Diefenbach.



Mário Romera exhibe a medalha recebida do Itamaraty pelo trabalho desenvolvido no Timor-Leste

Uma medalha por uma nova nação

Os dois anos vividos no Timor-Leste como integrante de uma missão brasileira formada para auxiliar na construção do sistema de Justiça daquele país renderam ao procurador Mário Romera uma medalha da Ordem de Rio Branco. A homenagem foi concedida em maio pelo Ministério das Relações Exteriores. Além da satisfação pelos benefícios deixados ao povo local, a experiência ampliou-lhe os conceitos, diante de uma realidade tão diferente.

Em 1975, o então delegado de Polícia Mário Romera dava início à carreira no Ministério Público gaúcho, ávido por fazer valer suas convicções e seu senso de Justiça. Do outro lado do mundo, o povo timorense passava por uma insólita e desastrosa transição: mal acabara de se tornar independente de Portugal e já era alvo da invasão indonésia, cuja ocupação durou 24 anos.

As trajetórias do hoje procurador de Justiça e daquele país se encontraram em 2006. Naquele ano, por iniciativa do Ministério das Relações Exteriores, em parceria como a Organização das Nações Unidas, uma missão brasileira participou do Programa de Apoio ao Fortalecimento do Setor da Justiça do Timor-Leste.

Em maio de 2009, o procurador recebeu a medalha da Ordem de Rio Branco, em cerimônia realizada em Brasília. Romera foi agraciado no grau de oficial, pelos serviços prestados no Oriente. “Acredito que o Brasil, em termos de Ministério Público, ganhou muito com esse intercâmbio, e o Timor-Leste mais ainda, já que hoje eles têm uma visão diferente do que é a Justiça”, avalia.

A experiência foi ímpar. Acompanhado de uma juíza militar federal e um promotor de São Paulo, além de uma defensora pública da União de Brasília, Romera atuou durante um ano como

procurador de Justiça internacional, levando experiências do Brasil e auxiliando na formação dos operadores do Direito do país asiático. “Ajudamos a criar uma consciência de justiça e de enfrentamento a quem era contra a lei”, diz o procurador.

“Ajudamos a criar uma consciência de justiça e de enfrentamento a quem era contra a lei”

Segundo Romero, o governo do Timor não conseguia se impor perante a comunidade, por não ter estrutura capaz de gerenciar. A partir do momento em que essa situação foi contornada, o panorama no país foi melhorando. Aos poucos começaram a surgir ruas calçadas, a insegurança perdeu espaço, a educação cresceu com a construção de escolas, a

economia como um todo cresceu.

Muito dessa mudança se deveu ao fortalecimento das forças armadas e da Polícia Nacional, que deram sustentação para que o sistema judiciário fosse aplicado adequadamente. Mas isso sem deixar de respeitar a cultura local, com suas peculiaridades. “Não podemos interferir de forma a contrariar na forma da lei um casal que briga porque a mulher atrasou o almoço, se ela reconhece nisso uma falha pessoal. Essas questões são administradas conforme os costumes da região. Temos de agir nas questões mais relevantes e orientar a tomada de consciência do caminho a ser seguido” justifica Romera.

Agora, de volta da experiência de dois anos vividos no Timor-Leste – Romera retornou em 2008 a pedido do procurador da República timorense –, restou um homem de fala tranquila e ainda mais convicto da opção que fez pela carreira do Ministério Público. Na 8ª Câmara Cível, se prepara para a aposentadoria, mas trouxe na bagagem de volta a satisfação de ter ajudado a reconstruir um país esfacelado. “Os procuradores de Justiça daquele país aprenderam a atuar, e até mesmo as guerrilhas vêm sendo combatidas com vigor. Só assim será possível dar condições dignas àquele povo”, conclui.

Em busca da universalização dos cargos

O tema foi pilar das campanhas dos três candidatos ao cargo de procurador-geral de Justiça na última eleição. É defendido por promotores de todas as comarcas gaúchas, foi aprovado em congressos estaduais e no encontro nacional e preenche os requisitos para assegurar o crescimento na carreira. Com esse peso, a AMP/RS tem trabalhado em busca da universalização do acesso dos membros da Instituição aos cargos da Administração Superior.

Os exemplos de que promotores têm qualificação e experiência suficientes para desempenhar as funções estão espalhados pelo país. À frente da Conamp, o promotor José Carlos Cosenzo. No Conselho Nacional de Justiça há o paulista Felipe Locke. O corregedor nacional do MP é o catarinense Sandro Neis. E o promotor Leonardo Azeredo Bandarra preside o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, além de ocupar o cargo de procurador-geral de Justiça no Distrito Federal. Além disso, em 40,7% das unidades da Federação um promotor ocupa o posto de procurador-geral de Justiça. O acesso ao cargo é facultado a todos os integrantes da carreira em 16 Estados, além do Distrito Federal, o equivalente a 63,9%.



Dornelles levou o assunto ao gabinete da procuradora-geral em junho, pedindo o encaminhamento junto à Assembléia Legislativa

Com base nesses elementos, o presidente da AMP, Marcelo Dornelles, entregou pessoalmente à procuradora-geral, Simone Mariano da Rocha, um pedido para que ela encaminhe à Assembléia Legislativa projeto alterando o parágrafo 1º do artigo 4º da Lei Estadual nº 7.669/1982, adaptando-a à Constituição Federal e à Lei Federal nº 8.625/93. Assim, estaria aberta a possibilidade de que todos se candidatassem ao mais alto cargo da Instituição. “Na maioria dos Estados brasileiros já houve alteração legislativa permitindo acesso dos promotores de Justiça aos cargos mais altos da Administração Superior. Essa matéria está absolutamente madura para ser enfrentada aqui, dependendo apenas de vontade política”, afirma Dornelles.

Entre os argumentos para a alte-

ração está o fato de que tanto a Constituição Federal quanto a Lei 8.625/93 mencionam “os integrantes da carreira” como aptos a integrar a lista tríplice. Além disso, os promotores já podem acessar os mais altos cargos da magistratura, como desembargador ou ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Autor da proposta discutida e aprovada no congresso estadual do MP em 2008, o promotor Daniel Ramos Gonçalves, de Três Coroas, espera ver a questão avançar. “Essa proposta representa a vontade de muitos integrantes da carreira. Vem sendo discutida há anos, mas, apesar de já ter sido acolhida em outras edições do Congresso Estadual do MP, nunca foi levada adiante pelo procurador-geral de Justiça” lamenta Gonçalves.

ONDE ELES ESTÃO

Em pelo menos 10 Estados brasileiros, além do Distrito Federal, promotores ocupam o cargo de procurador-geral de Justiça

Alagoas	Eduardo Tavares Mendes
Amapá	Iaci Pelaes dos Reis
Amazonas	Otávio de Souza Gomes
Bahia	Lidivaldo Reaiche Raimundo Britto*
Distrito Federal	Leonardo Azeredo Bandarra
Goiás	Eduardo Abdon Moura
Mato Grosso	Marcelo Ferra de Carvalho
Paraíba	Oswaldo Trigueiro do Valle Filho
Rio Grande do Norte	Manoel de Souza Neto
Rondônia	Ivanildo de Oliveira
Santa Catarina	Gercino Gerson Gomes Neto

*Procurador, em segundo mandato. No primeiro, foi eleito como promotor

AQUI TAMBÉM PODE

- Acre
- Ceará
- Espírito Santo
- Maranhão
- Paraná
- Piauí
- Rio de Janeiro



A PALAVRA DA PROCURADORA-GERAL

“Penso que é de fundamental importância avançarmos na democratização do acesso aos cargos da Administração Superior. A mudança legislativa para que promotores de Justiça possam concorrer ao cargo de Procurador-Geral de Justiça, já consolidada em 14 Estados, e a alteração legislativa prevendo vaga no Conselho Superior do Ministério Público para representação do 1º Grau foram propostas já defendidas na minha campanha para chefia do Ministério Público e, democraticamente, estão merecendo estudos para encaminhamento devido.”

A OPINIÃO DO CORREGEDOR NACIONAL

Eleito em agosto corregedor nacional do MP, o promotor catarinense Sandro Neis, que também integra o Conselho Nacional do Órgão, analisou as propostas de democratização total do MP. Para ele, chegar ao cargo de corregedor nacional tem um simbolismo especial, na medida em que reafirma e dá plena eficácia ao ideal de que não há subordinação funcional entre os membros da Instituição. Por isso, não vê obstáculo à assunção de promotores a procurador-geral de Justiça. “A mera permissão ao promotor de concorrer não significa que os demais membros estejam afastados do pleito” diz. Entretanto, Neis vê com cautela a idéia da participação de promotor no CSMP, na medida em que a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público restringe sua composição a procuradores. “Certamente, isso se dá em face da atividade preponderante do órgão em temas relacionados à movimentação na carreira, o que, de certa forma, deixa os procuradores isentos para tomar suas decisões, em vez que já chegaram ao ápice da trajetória institucional. Mas há outras formas de participação de promotores nas Administrações, como em comissões de concurso e, especialmente, na formação ideológica dos novos membros”.



COM O AVAL DA CONAMP

Provocada pela AMP/RS a analisar a proposta de alterar o texto que estabelece o acesso ao Conselho Superior do MP nos Estados, a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) acolheu por unanimidade o tema, durante reunião do Conselho Deliberativo, em agosto.

Conforme o presidente da entidade, José Carlos Cosenzo, o Conselho Superior se destaca dentre os Órgãos da Administração Superior pela sua competência intimamente ligada à movimentação da carreira e às apreciações das manifestações em inquéritos civis. Por isso mesmo, deve manter intenso contato com os promotores de Justiça. “Atualmente, o único caminho a trilhar é aquele escolhido pela AMP/RS, aprovado por unanimidade pelo Conselho Deliberativo da Conamp, para representar ao Procurador-Geral da República visando a correção democrática do texto”.

Cosenzo avalia que vetar o direito de concorrer ao cargo de procurador-geral de Justiça aos promotores é uma legítima reserva de mercado aos procuradores. “O texto da Constituição Federal de 1988 (art 128, § 3º) assegura a participação de todos os componentes da instituição na formação da lista tríplice para a escolha do procurador-geral. Os significativos avanços institucionais que experimentamos nos últimos anos, aliados ao rejuvenescimento da carreira, nos autorizam a sustentar a necessidade de modificação da lei que nos organiza”.



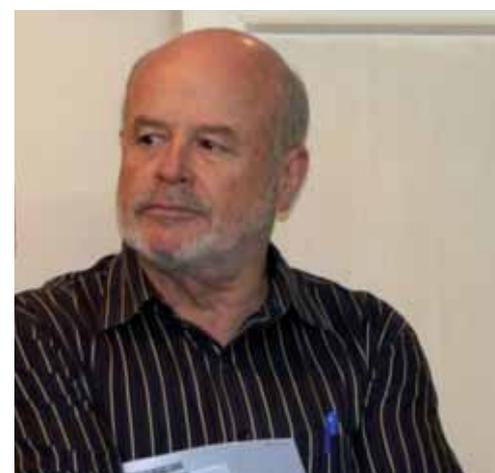
“SOU CONTRA, MAS PODEMOS REDISCUTIR”

Um dos mais antigos membros do MP gaúcho, o procurador de Justiça José Barrôco de Vasconcellos acompanha essa discussão há anos. E tem posição firmada a respeito do assunto. Para ele, não há por que abrir a elegibilidade aos promotores, uma vez que a Instituição conta com um número mais do que suficiente de procuradores. “Não é possível que não se possa encontrar entre esses alguém com condições de comandar o Ministério Público. Além do mais, essa proposta foi levada à votação no Colégio de Procuradores na gestão do Dr. Roberto Bandeira Pereira, há cerca de três anos, e acabou rejeitada”. Barrôco observa, porém, que poucos procuradores têm manifestado interesse em disputar o cargo nas últimas eleições. E avalia que talvez seja o momento para que a questão seja reavaliada. “Se a procuradora-geral entender que essa matéria é prioritária, não faço restrições à retomada da análise. Mas minha opinião, hoje, continua sendo contrária à mudança”.

“VEJO COM BONS OLHOS”

Ex-presidente da AMP/RS, com 35 anos de serviços prestados ao Ministério Público, o procurador Paulo Emilio J. Barbosa vê com simpatia a campanha dos promotores gaúchos. Entende como legítima a luta por uma maior democratização da Instituição, com o que agilizará também a movimentação da carreira. “Se dois terços dos Ministérios Públicos do país admitem que promotores disputem o cargo de procurador-geral, devemos ver isso como uma sinalização. Acredito que, mais cedo ou mais tarde, esses nove Estados onde apenas procuradores votam e são votados irão se alinhar ao resto do Brasil. E, quem sabe, promotores não possam ter acesso também ao Conselho Superior?” questiona o assessor parlamentar da Administração Superior.

Barbosa prega o estabelecimento de alguns critérios, caso a alteração na lei fosse proposta e acolhida pela Assembléia Legislativa. Entre eles, restrição a promotores que não de entrância final e com menos de 10 anos de carreira.



CATARINENSES FORAM AO LEGISLATIVO

Reeleito em 2009 para seu segundo mandato como procurador-geral de Justiça em Santa Catarina, o promotor, Gercino Gerson Gomes Neto, 48 anos é a síntese da luta pela democratização do Ministério Público naquele Estado. Metade da vida é dedicada à Instituição, na qual ingressou em 1985. Mas somente há dois anos Gomes conseguiu vencer uma batalha iniciada em 2001. Por e-mail, o procurador-geral catarinense concedeu essa entrevista ao Réplica.

Réplica – O que determinou a abertura da disputa a promotores?

Gercino Gerson Gomes Neto – Em 2001, disputei a eleição com mandado de segurança, em razão da flagrante inconstitucionalidade dos dispositivos da Lei Orgânica e da Constituição Estadual. Em 2003, tentei concorrer, mas foi negado o pedido do novo mandado de segurança. Daí, resultou uma grande mobilização da classe. Após ouvir a classe, o PGJ encaminhou projeto de lei permitindo a participação de promotores com mais de 10 anos de carreira.

Réplica – Há alguma dificuldade técnica no exercício do cargo de PGJ por promotor?

Gomes – Não vejo qualquer dificuldade. O que importa é a capacidade de administrar, a competência política e o compromisso institucional. Não existe hierarquia entre promotores e procuradores, salvo a hierarquia administrativa, que é fundamental em qualquer instituição ou poder.

Réplica – Como vê esse movimento pela democratização da carreira no RS?

Gomes – Vejo com muita satisfação. A abertura do “leque” de elegíveis torna o processo o mais democrático possível. Temos que evoluir, pois, além da candidatura de promotores de Justiça, precisamos da eleição direta para mandato único de três ou quatro anos, acabando com a interferência do chefe do Poder Executivo.



O MAIS NOVO NA TURMA



O mais novo procurador-geral de Justiça assumiu o cargo em 27 de agosto, em João Pessoa, na Paraíba. Aos 43 anos, Oswaldo Trigueiro, promotor, foi eleito em disputa com cinco candidatos – três deles procuradores – em um processo no qual prevaleceu a discussão das idéias. “Nossa

chapa tinha dois promotores e um procurador. A outra, dois procuradores e um promotor.

Os seis integrantes disputaram o cargo. E eu fui o mais votado, com 147 votos entre 221 membros”. Ele não vê dificuldade técnica no exercício do cargo. “Somos iguais, sejam procuradores ou promotores. O que importa é o perfil, o compromisso, a atitude que qualquer um tenha diante dos desafios à frente de nossa Instituição”.

MATO GROSSO ESTREIA PROMOTOR NA PGJ

Em Mato Grosso, o atual procurador-geral de Justiça, Marcelo Ferra de Carvalho, 37 anos, é o primeiro promotor a assumir o cargo. No pleito realizado este ano, concorreu com outro promotor e dois procuradores. Segundo Carvalho, a função pode ser executada por promotores, sem qualquer comprometimento. “Os empecilhos são apontados por quem desconhece o Ministério Público”.



Carvalho é contra sectarismos. “Defendo a elegibilidade do promotor de Justiça e penso que este avanço depende essencialmente do procurador-geral. Se este for arrojado e comprometido, envia o projeto de lei, já que o Colégio de Procuradores (ou Órgão Especial) não é deliberativo na matéria”.

CONAMP LEVARÁ PLEITO DA AMP/RS A GURGEL

Na luta por mais espaço e condições de crescimento profissional, os promotores de todo o país obtiveram uma vitória no mês de agosto. Em reunião realizada em Pernambuco, o Conselho Deliberativo da Conamp aprovou, por unanimidade, outra proposta levada à entidade pela AMP/RS. O objetivo era fazer chegar ao procurador-geral da República, Roberto Gurgel, um pedido para que fosse encaminhado projeto de lei alterando o artigo 14º, inciso II da Lei Federal nº 8.625/1993, adaptando-o

à Constituição Federal e permitindo, assim, o acesso de promotores no Conselho Superior do Ministério Público dos Estados.

A proposta havia sido entregue pelo presidente da AMP/RS, Marcelo Dornelles, ao líder da entidade nacional, José Carlos Cosenzo ainda em julho, durante encontro em Brasília. Entre os argumentos que sustentam a reivindicação da classe está o fato de que o assunto já vem sendo aprovado há anos nos congressos estaduais e nacionais do Ministério Público.

E, principalmente, a ampla experiência dos promotores nas questões de tutela coletiva, que são a maioria das demandas arquivadas pelo CSMP.

O empenho da classe pela causa também se justifica pelo crescimento do Ministério Público, a partir da mudança nas regras da aposentadoria. Como o tempo de carreira aumentou, a abertura de espaço para promoções a procurador é pequena, observa o promotor Daniel Ramos Gonçalves, de Três Coroas, um dos articuladores do movimento.

Caça-níqueis da inclusão social



Do desmanche de máquinas caça-níqueis apreendidas em ações policiais, resultam componentes que, redirecionados, transformam-se em esperança para jovens de baixa renda. Deles resultam também computadores que levam educação e conhecimento a escolas públicas e entidades assistenciais. É o Projeto Alquimia, idealizado pelo Ministério Público gaúcho e que completou um ano em julho.

Desde sua criação, já foram entregues mais de 6 mil máquinas para as entidades parceiras: Centro Social Marista (Cesmar) e Comunidade Terapêutica Desafio Jovem Gideões, de Ivoti. Pelo menos 200 computadores já foram montados e doados.

Segundo o promotor de Justiça José Seabra Mendes Jr., coordenador da Força-Tarefa Bingos e um dos responsáveis pelo projeto, o Alquimia se destaca pelo aproveitamento do material apreendido. “Junto às Instituições conveniadas, foi possível dar um destino nobre a essas máquinas e, ao mesmo tempo, possibilitar que indivíduos, geralmente discriminados por sua condição social ou pela adição às drogas, pudessem ser resgatados”, destaca Seabra, que teve na origem do trabalho a parceria dos promotores Gerson Daielo e Fábio Costa Pereira.

Essas instituições desenvolvem oficinas de informática, marcenaria e serralheria para jovens de comunidades carentes. No Cesmar, diante da experiência com informática, softwares livres e robótica, a montagem de computadores é o grande destaque. Os jovens participam de cursos profissionalizantes no próprio centro social para depois atuar na condição de “jovem aprendiz” no projeto.

Já na Comunidade Terapêutica, o destaque é a marcenaria. Neste caso, as oficinas proporcionam aos internos a laborterapia, etapa primordial no programa de recuperação de dependentes químicos.

A paz que assusta

Cláudio Brito*

Comoveu-me uma fotografia publicada em O Globo de 9 de agosto. O repórter fotográfico Domingos Peixoto, no Morro da Babilônia, documentou uma cena até então inimaginável. Um policial militar abaixou-se até o tamanho das crianças e tratava de consertar uma pipa (pandorga para nós). O mesmo instrumento que servia de sinalização para os traficantes, agora era brinquedo de verdade. A foto é noturna, vê-se um poste de iluminação pública (outra novidade por lá) e a criança brincando na mesma rua onde só se podia passar com o alvará que os criminosos concedessem.

Um garoto percebeu o fotógrafo e encarou a câmera. Outros dois são assistentes atentos do trabalho do PM, que tem a pipa em conserto. Ao fundo, outro menino brinca de pandorga também. Tudo é resultado da chegada da polícia ao morro. Uma chegada diferente, em paz e para fazer a paz. A crença definitiva na mediação e na aproximação. O afastamento da persecução penal para seu verdadeiro lugar, de instância derradeira, última resposta. As medidas pacificadoras, no entanto, ainda não estão plenamente acolhidas, o que é natural. Se qualquer mudança sempre assusta, imagine-se algo tão radical quanto a troca da guerra pela paz.

A retomada dos morros cariocas pelo Estado está sendo festejada e temida. As populações alcançadas pelo programa das Unidades Pacificadoras Policiais (UPPs) transitam entre a satisfação e a desconfiança. O estado paralelo, mantido pelo tráfico de entorpecentes, caiu, mas, por enquanto, foi substituído pelo estado policial, que também não é o ideal. Espera-se que seja cumprido o planejado, ou seja, que essa primeira fase de ocupação venha seguida de ações mais efetivas de pacificação, por conta de outras instâncias do poder oficial, voltadas ao atendimento de todas as necessidades daquelas comunidades, como saúde, transporte e educação. Até lá, ainda assim, o estágio atual é bem melhor que viver como alvo das balas perdidas dos tiroteios entre bandidos e policiais. Nos últimos anos surgiu outra criatura naquele meio: a milícia. Formada por maus policiais e combatentes recolhidos nas quadrilhas de sequestradores e traficantes, a milícia tomou conta de tudo. Cobrava pedágio para autorizar o ir e vir, instalava Internet, telefone e TV a cabo e ainda respondia pela exploração do transporte público clandestino. O essencial corria por conta da milícia. Água limpa e gás para o fogão dependiam da milícia. Ainda dependem em muitas favelas, que a maioria ainda não foi tocada pelas UPPs.

Por enquanto, programas do governo fluminense e da União (o Pronasci entre eles) estão atuando na Santa Marta, em Botafogo, Chapéu Mangueira e Babilônia, no Leme, Cidade de Deus, em Jacarepaguá e Batam, em Realengo. É uma tentativa de cobrir todo o Rio de Janeiro, cravando a bandeira da pacificação em pontos de irradiação nas Zonas Sul, Norte e Oeste. Faz cinco meses que tudo começou. Os resultados são bons, mas as pessoas ainda afetam seus temores. Há quem reclame de excessos cometidos por alguns soldados e da interferência dos policiais na rotina diária. Em algumas favelas ainda não foi possível derrotar o tráfico, o que amplia a situação angustiante de se viver em meio a uma guerrilha urbana a cada instante. Em outras, traficantes e milicianos já se foram, mas as regras que o novo Estado impõe ainda não estão plenamente assimiladas.

Em Porto Alegre, um primeiro e tímido passo foi dado, no bairro Bom Jesus. Uma unidade itinerante da Brigada Militar está lá e se propõe a dar segurança à comunidade em turno integral, de 24 horas. Como se sabe que isso é pouco, a torcida é pela ampliação dos serviços a serem levados àquela população. O exemplo colombiano de controle da criminalidade é o melhor de que se tem notícia. O que se faz hoje no Rio e se desenha por aqui pretende acompanhar a experiência de Cáli e Bogotá. Ótimo, que seja assim. Mediação de conflitos, polícias comunitárias, justiça informal, educação, higiene, saúde e transporte foram os objetivos perseguidos e alcançados na Colômbia. Segurança é apenas uma consequência.

Estou acreditando nisso. E termino do mesmo jeito que O Globo ao fechar sua reportagem sobre a pacificação das favelas:

“Hoje, PMs percorrem as comunidades, comem em bares locais e puxam conversa com os moradores. Brincar e conversar com crianças virou rotina. O cabo Alexandre Costa, de 37 anos, cuida do policiamento e, de vez em quando, dá dicas a elas sobre como soltar pipa”.

A paz ainda assusta a quem está acostumado ao bang-bang, mas logo será apenas comemorada, com certeza.

* *Jornalista, promotor de Justiça aposentado*

|| Réplica

Esporte a serviço da saúde e do lazer

A receita pode ser um bom livro, um filme emocionante, uma viagem ou uma incursão à cozinha munido de avental e chapéu de mestre-cuca. Vale tudo que dá prazer na hora de buscar uma alternativa para relaxar o corpo e a mente das tensões do dia-a-dia. Esquecer os longos e complicados processos, ações e outros assuntos nas Promotorias ou na

Procuradoria de Justiça, ainda que por algumas horas apenas, é fundamental para manter o bom rendimento profissional e a qualidade de vida. Mas para muitos, bom mesmo é suar muito e botar o corpo para trabalhar. Esportes como futebol e tênis estão entre os preferidos entre os membros do Ministério Público gaúcho.

TOCA DOS CAMPEÕES

É nesse ritmo que dezenas de integrantes da carreira elegeram as terças-feiras e os sábados para se encontrar na sede campestre da AMP/RS, na zona sul da Capital, para bater uma bolinha. Divididos em equipes e por categoria, disputam partidas de futebol nas quais o espírito de competição troca passes com a fraternidade. “É uma ótima saída para fugir da rotina pesada do trabalho. No começo, éramos poucos. Hoje nosso grupo reúne cerca de 90 pessoas”, calcula o promotor de Portão, Marcelo Tubino Vieira. Sobrinho e neto de desportistas, ele é daqueles que sentem no corpo os efeitos negativos da falta de atividade física. O sono perde qualidade, o metabolismo se altera e o humor também, se não encontra tempo para correr em campo com os colegas. “Sempre gostei de esporte. Hoje, o futebol é minha válvula de escape” diz. O grupo leva tão a sério o futebol, que criou, na sede campestre da AMP/RS, a Toca dos Campeões. Ali, toda terça-feira os churrascos viram recompensa pelo esforço empreendido em campo. O local também se tornou uma espécie de sala dos troféus e flâmulas conquistados nas competições disputadas por toda parte.



FAIXA NO PEITO, TAÇA NO ARMÁRIO



A tradição dos nossos boleiros mais uma vez se confirmou. A AMP/RS sagrou-se campeã do 8º Torneio Nacional de Futebol Society do Ministério Público, na categoria Master, com atletas de 35 a 45 anos. A competição, realizada de 4 a 6 de setembro, em Brasília, congregou membros da classe de 19 unidades da Federação.

Nossa equipe chegou ao título após derrotar os paulistas por 1 a 0, na final. A campanha, invicta, começou com um empate de 1 a 1 diante dos colegas do Rio de Janeiro. Na sequência vieram as vitórias sobre os maranhenses e pa-

ranaenses, ambas por 3 a 2, e sobre a equipe do Ceará, por 3 a 1. A representação gaúcha também fez boa performance nas categorias Força Livre e Super Master, embora não tenham conseguido chegar à decisão.

As partidas foram realizadas nos campos da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMP/DFT), da Associação dos Magistrados do Distrito Federal (Amagis), do Sindicato dos Delegados do Distrito Federal (Sindipol/DF) e da Associação dos Servidores da Justiça do Distrito Federal (Assejus).

ACABOU EM CASAMENTO

Era para ser uma nova incursão no universo esportivo, mas acabou em casamento. Depois de passar por diferentes modalidades desde a infância, a promotora Isabel Barrios decidiu, no início da década, testar a performance com uma raquete nas mãos.

Promovida para Porto Alegre, foi buscar conhecimento com um professor. Cerca de três anos depois, agregou à técnica o sobrenome Bidigaray do instrutor. Até o calendário do casamento foi adequado ao esporte. Em 2003, Isabel e Márcio aproveitaram a viagem de Lua de Mel para acompanhar na França jogos do Torneio de Roland Garros. “Também passeamos, mas não poderíamos perder a oportunidade”, brinca.

O esporte está inserido em boa parte da rotina de Isabel. Participante assídua das competições internas do Ministério Público, ela também está envolvida com grupos de tenistas da Capital. E integra o Clube de Veteranas do Tênis, que reúne cerca de 500 mulheres dos 30 aos 80 anos do Brasil, da Argentina, do Uru-



Victor Hugo Azevedo e Rodolfo Lippel com a pequena Beatriz, no torneio Ruy Burin

guai, do Paraguai e do Chile interessadas no esporte. “O tênis é saudável e ainda representa o contraponto ao estresse da pesada rotina de trabalho intelectual” explica.

De quebra, Isabel ampliou as relações sociais a partir da identificação de outras pessoas interessadas no esporte.

E, entre o gabinete e as quadras, encontra tempo para sentar com colegas e amigos para conversar. Sobre tudo: família, trabalho, lazer. E sobre tênis, claro. Aliás, a filha, Beatriz, de quatro anos, acompanha os pais nos eventos. Tem tudo para, no futuro, seguir o exemplo da família.

EM ALTA

Ainda na gestão do presidente Miguel Bandeira Pereira o tênis ganhou novo fôlego entre os associados da entidade. Em julho de 2007 foi organizado o primeiro torneio reunindo vários colegas. Os vencedores foram Francisco Motta (1º lugar), Walter Camejo Filho (2º lugar) e Victor Hugo Palmeiro Azevedo Neto. No ano seguinte ocorreu nova competição, desta vez com duas categorias. O promotor Victor Hugo de Azevedo Neto venceu os adversários e se sagrou campeão na Categoria A. Na B, o título foi para o promotor André Luís Dal Molin Flores. Os dois suplantaram, nas decisões, os colegas Felipe Kreutz e Márcio Bresnani, respectivamente, em partidas que só foram terminar depois do meio-dia de domingo. A competição homenageou o procurador Ruy Luiz Burin, falecido em 2009.

“Apesar dos resultados de quadra, não houve derrotados. O prazer de se divertir na companhia dos colegas valeu a pena”, observou o promotor Sérgio Harris, um dos coordenadores dos torneios.



Isabel Bidigaray e Francisco Motta são frequentadores assíduos das quadras de tênis



Colegas do Ministério Público com o falecido Ruy Burin (E), na competição de 2008

Cláudio Barros Silva é reconduzido no CNMP

O procurador de Justiça Cláudio Barros Silva foi empossado no dia 10 de agosto para seu segundo mandato como membro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Além do gaúcho, outros nove conselheiros assumiram seus cargos na cerimônia realizada em Brasília. O vice-presidente da AMP/RS, Mauro Souza, representou a entidade no evento, que contou com a presença dos presidentes da Conamp, José Carlos Cosenzo, e das associações do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, de Rondônia, de Minas Gerais, Goiás, da Bahia e do Espírito Santo.

Depois de dois anos participando das reuniões do órgão na Capital Federal, Barros espera ver resultados ainda

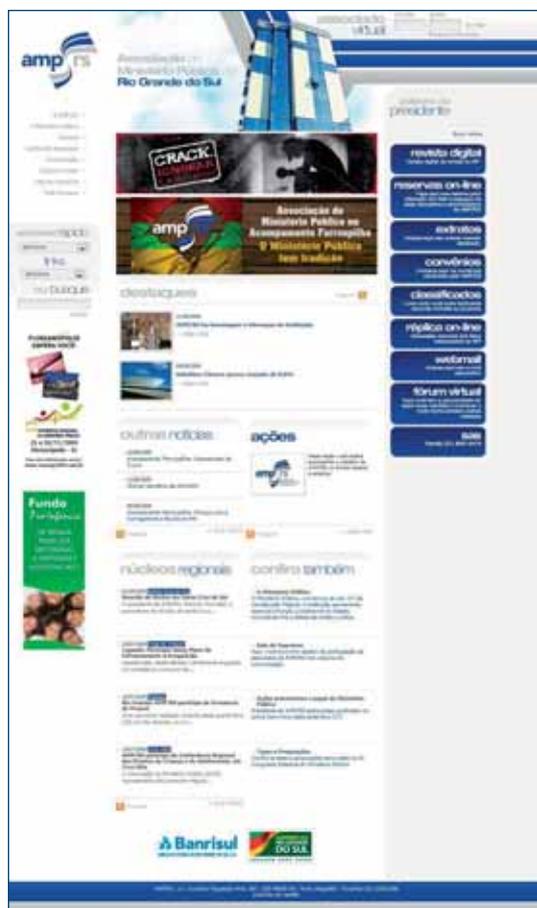
mais efetivos daqui para a frente. “O CNMP é um órgão novo e está construindo sua história. Acredito que com 10 anos teremos um Ministério Público diferente como instituição. Trabalhamos tanto ou mais do que o Conselho Nacional de Justiça, mas não somos conhecidos. Não usamos a mídia nem fazemos marketing”, observa o procurador.

A caminhada pela mudança já começou. Basta comparar o orçamento para 2010 com o deste ano. Enquanto o CNMP projetava utilizar R\$ 10 milhões em suas ações – dos quais apenas 70% foram realizados, o CNJ dispôs de R\$ 134 milhões. “No ano que vem, o CNMP planeja gastar R\$ 130 milhões. E vai sair para as ruas, com iniciativas fortes. É o

querer fazer. Queremos ser melhores do que no mandato anterior. E esperamos que os que ocuparem esses cargos no futuro façam o Conselho ainda mais forte” concluiu o gaúcho.



Vice-presidente da AMP/RS, Mauro Souza prestigiou a posse de Barros no CNMP



AMP/RS vence Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça



A campanha da AMP/RS Crack – Ignorar é seu vício? foi vencedora do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, na categoria Inovação. A entrega ocorreu durante o 5º Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça (Conbrascom), que reuniu cerca de 200 profissionais de órgãos do Judiciário, Ministério Público e Defensoria na capital maranhense, de 2 a 4 de setembro. A AMP/RS também conquistou o prêmio na categoria Web com o novo site da entidade. Dos 11 trabalhos que disputaram o prêmio Inovação, foram seccionados como finalistas, além da AMP/RS, os projetos do Ministério Público de Pernambuco (Publicações em Braille) e do TRT do Maranhão (Banco de Idéias para Ações em Endomarketing). Já na categoria Web, a entidade venceu trabalhos do Supremo Tribunal Federal (Central de Download) e da Associação dos Defensores Públicos do Ceará (Novo Site).

Banrisul
Quem tem Banrisul tem tudo.

GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL
CORAGEM PARA FAZER

Abancária

Mário Cavalheiro Lisboa

Naquela tarde, ao final do expediente, a bancária Lisete, mulher bonita de trinta e cinco anos de idade, foi até o banheiro. Percebendo que estava sozinha em referido ambiente, apanhou seu telefone celular e efetuou uma ligação.

– Estou precisando de material – disse ela. – Entregue-me amanhã, às oito horas, no local de sempre. – E desligou o telefone.

Por segurança, ainda deu mais uma examinada no banheiro, inclusive nas janelas basculantes, a ver se de fato ninguém tinha possibilidade de ouvir seu telefonema. Depois, como se nada de especial tivesse ocorrido, Lisete voltou para a companhia de sua colega Roberta e juntas foram a um bar fazer um “heppy hauer”. Elas haviam se conhecido há pouco mais de um ano, quando, após avaliação do setor de recursos humanos do banco, ambas foram admitidas como funcionárias. Mesmo tendo sido realizadas entrevistas com psicólogos e outros profissionais especializados em referida área, Lisete não revelou tudo sobre sua personalidade; como de resto é muito comum neste tipo de entrevista. Por vezes os candidatos não revelam os aspectos mais importantes de sua intimidade. O banco, portanto, não tinha plena idéia de quem havia contratado. O certo é que as duas colegas tornaram-se muito amigas. A sugestão para conversarem no bar fora de Lisete, precisava desabafar.

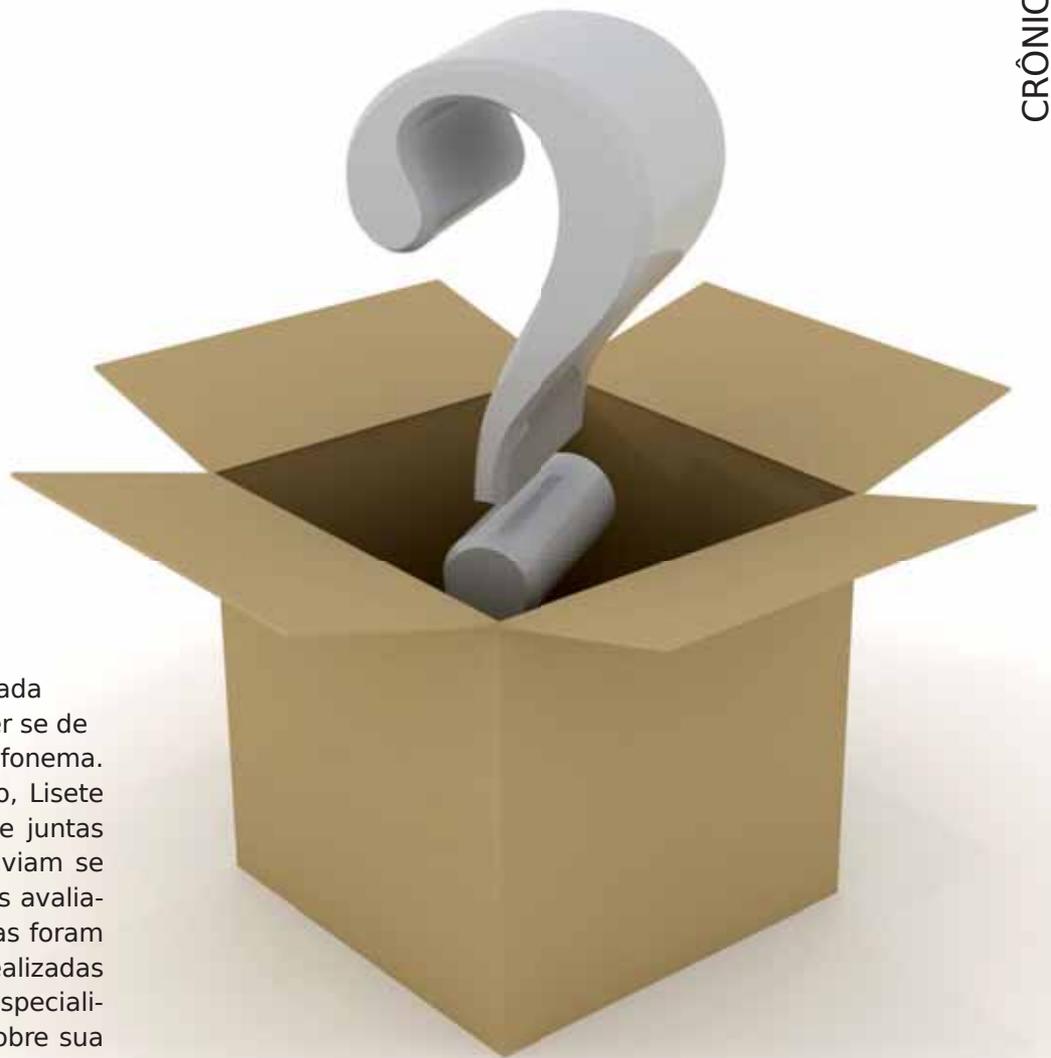
Confidente de Lisete, Roberta sabia das dificuldades que a amiga estava tendo com seu atual companheiro, o dentista Adolfo. Citado relacionamento estava completando seis meses e, nos últimos dois, não ia nada bem. Sentaram-se à mesa do bar, e Lisete passou a desfilir para a amiga um rosário de inconformidades, como gostava muito de fazer. Era Adolfo para cá, Adolfo para lá. Falava sobre Adolfo tudo o que ela sabia; e o que não sabia imaginava. E para ela este último aspecto era o mais importante. Nas incógnitas é que Lisete centrava todas as suas preocupações, aguçava sua imaginação. E a imaginação não tem limites. Os homens são cafajestes no que a gente não sabe, costumava dizer ela para Roberta. E, em virtude de suspeitas deste tipo, Lisete há poucos dias havia protagonizado interessante cena no local de trabalho do companheiro. Irada, irrompera no consultório dele em meio a um procedimento dentário de uma cliente, a qual estava de boca aberta e de boca aberta ficou durante toda a confusão. O relacionamento de Lisete com Adolfo era nesta base.

– Eu não estou aguentando mais – disse ela para Roberta no bar. – Inclusive já telefonei pedindo o material.

Roberta assustou-se.

– Não faça isso – interveio. – Com paciência as coisas podem tomar novo rumo.

Roberta era a única pessoa no círculo de amizade de Lisete que tinha conhecimento de alguns segredos da mesma. A referência feita por Lisete à encomenda do material deixou Roberta muito preocupada. Utilizou ela de todo o engenho e arte para dissuadir Lisete a empregar referido instrumento. Conversaram durante horas. Condoendo-se da agonia da amiga, Lisete disse-lhe que ela tinha razão, que não utilizaria o material, que seria paciente e procuraria outro caminho para as coisas. Mas não foi sincera. No outro dia, às oito horas da manhã, lá estava ela no local combinado para receber o objeto encomendado. Após cinquenta



minutos de muita orientação técnica, e mediante razoável soma em dinheiro, foi-lhe passado o material. De posse do mesmo, Lisete tratou de ir para a agência bancária cumprir mais um dia de trabalho. E apresentou-se com a normalidade de sempre. De tal forma que Roberta ficou mais despreocupada, entendendo que a amiga não iria cometer nenhum desatino. E Roberta aliviou-se ainda mais ao saber que Lisete estava preparando uma festa para o aniversário de Adolfo.

– Que ótimo – disse Roberta. – Fico tão feliz com isso.

De fato, três dias depois, Lisete havia preparado uma festa surpresa de aniversário no próprio apartamento de Adolfo. Quando, no final da tarde, este abriu a porta de seu apartamento, foi recebido por seus familiares e amigos íntimos que cantaram o Parabéns a Você. Foi bonita, a cena. Estavam presentes o pai e a mãe de Adolfo, seus irmãos, cunhadas, colegas e pessoas muito próximas a ele. Alguns tinham bom relacionamento com Lisete, outros nem tanto. Nestes estava incluída a mãe de Adolfo. Desde que se conheceram, ambas mantinham discreta antipatia. Até por isso, Lisete fizera questão de que ela viesse. Para Lisete, cada presença tinha sua importância especial em referido evento. Ninguém fora convidado de graça. O mesmo se dizendo de uma colega de Adolfo, sobre quem Lisete mantinha forte suspeita de envolvimento com seu companheiro. Lisete muitas vezes havia se proposto a modificar sua conduta, mas não conseguia. Já fizera isso sete vezes nos últimos dez anos. E mais uma vez não resistia à tentação. Quando a festa estava bem animada, com todos descontraídos, Lisete posicionou-se bem no meio da sala e fez uso do material, explodindo-se a si mesma e a todos os que estavam no apartamento. A explosão foi tão intensa, que muitos vizinhos perceberam. Todos os presentes resultaram feridos, uns mais, outros menos. Não poderia haver pior fim de festa, com os convidados voltando para casa carregando estilhaços de injúria, calúnia, difamação, deselegância, desconforto, desdouro, desprezo, desdita, indelicadeza e mal-estar generalizado. Somente naquele instante, Adolfo percebeu que havia se envolvido com uma terrorista sentimental.

Trabalho, lazer e solidariedade

A carga de trabalho é pesada na rotina dos membros do Ministério Público. Dentro e fora dos gabinetes, não são poucos os compromissos. Mas a carreira também reserva na agenda momentos de descontração junto aos colegas da Instituição. A contracapa desta edição abre espaço para algumas dessas situações. Do jantar em comemoração à Semana do Ministério Público, passando por atividades da campanha da AMP/RS contra o crack, pela mais recente conquista da turma do futebol e pelo culto à tradição do Rio Grande no galpão da entidade no Acampamento Farroupilha, as imagens são a síntese da Instituição. São momentos que traduzem o trabalho, a integração, a harmonia e o respeito à cultura regional, manifestados pelos colegas em todo tipo de circunstância.

